



## **IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo**

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

### **GT: Teoria do Discurso e Abordagens Interdisciplinares**

## **O organizar como prática articulatória e política: inspirações do modelo de democracia agonística como alternativa teórica aos estudos organizacionais: subtítulo**

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves  
Doutoranda (UFSC/Brasil)

Eloise Helena Livramento Dellagnelo  
Doutora (UFSC/Brasil)

**Resumo:** O modelo de democracia deliberativa tem sido amplamente utilizado dos estudos organizacionais para criticar a perspectiva funcionalista que predomina neste campo. No entanto, ainda que esse modelo apresente uma concepção ampliada de política, ele não é capaz de apreender os conflitos e a influência das paixões e afetos nos processos organizativos. Como alternativa, utilizamos o modelo de democracia agonística de Chantal Mouffe, a Teoria Política do Discurso e a filosofia de Spinoza (a partir da leitura de Frédéric Lordon), para analisar a articulação do movimento #vivacentroleste e sua resistência à troca dos paralelepípedos históricos nas ruas do centro leste de Florianópolis. A pesquisa de campo etnográfica foi realizada ao longo de dois anos (2019 - 2021). As notas de campo e documentos complementares (notícias, leis, pareceres técnicos, ofícios, redes sociais) foram analisados com auxílio do software Atlas TI, relacionando-as com o marco teórico proposto. O artigo contribui para ampliar a reflexão sobre o organizar como uma prática articulatória e política, considerando a contingência, os conflitos, a pluralidade de valores e a influência das paixões e afetos nesse processo.

**Palavras-chave:** Democracia, Agonismo, Política, Articulação, Estudos Organizacionais

### **Introdução**

Por volta dos anos de 1970, influenciado por marcos históricos significativos, como a Segunda Guerra Mundial, os protestos de Maio de 68 e o triunfo do neoliberalismo após o

colapso soviético, se desenvolvem no campo da Administração abordagens alternativas ao *mainstream* funcionalista. A obra de Burrell e Morgan (1979) é emblemática para demonstrar como o campo dos estudos organizacionais, a partir da década de 1980, ficou marcado por disputas paradigmáticas, no nível ôntico, ontológico e epistemológico, caracterizadas pelo uso de correntes alternativas ao positivismo para compreender o fenômeno organizacional. Diversos trabalhos demonstram a significativa influência que as críticas de Jürgen Habermas à racionalidade instrumental e ao funcionalismo possuem no campo dos estudos organizacionais, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de teorias críticas que enfatizam espaços de deliberação e tomada de decisão por meio da ação comunicativa (PAULA et. al, 2010).

No Brasil, o modelo de democracia deliberativa de Habermas é sem dúvida um dos mais difundidos no país. Conforme evidencia Burgos (2015), partindo da interpretação de Andrew Arato e Jean Cohen que utilizam a tipificação societária proposta pelo autor, sua concepção de esfera pública foi amplamente disseminada na vida acadêmica e política do país (BURGOS, 2015). A influência de seu modelo interpretativo também é apontada pela análise de literatura realizada por Paula et. al (2010). Segundo os autores, Habermas, ao lado de Alberto Guerreiro Ramos, aparece como um dos autores mais influentes nos estudos organizacionais críticos no Brasil, face ao grande número de citações e referências utilizadas por seus seguidores.

O modelo de democracia deliberativa de Habermas possui como base a racionalidade comunicativa, cuja legitimidade das instituições democráticas deriva de decisões resultantes de processos públicos de deliberação. A comunicação não distorcida e livre possibilitaria para Habermas (1984), o alcance do consenso, garantidor da ordem social. Sua visão, ainda que crítica à racionalidade instrumental e com uma perspectiva ampliada de política, está ancorada em uma concepção harmônica das relações humanas. Conforme explica Marchart (2007), essa visão associativa concebe o domínio político como o campo da liberdade e da ação política em concertação. Por isso, a ênfase na tentativa de estabelecer o consenso entre pessoas livres, iguais e razoáveis. Em oposição a esta visão, consideramos o domínio político a partir da visão dissociativa, que o interpreta como o campo do conflito e do antagonismo (MARCHART, 2007). Argumentamos a partir das críticas de Mouffe (2003) que a perspectiva harmônica e consensual não abre espaço para a contestação e o antagonismo inerradicável das relações humanas.

Desta maneira, utilizamos a Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), o Modelo de Democracia Agonística proposto por Chantal Mouffe e suas pistas interpretativas das paixões e afetos a partir da leitura spinozista de Frédéric Lordon,

para propor uma

concepção interpretativa crítica ao campo dos estudos organizacionais. Este artigo, ainda em construção, trata-se de um esforço de síntese de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento no campo da Administração, cuja tese está baseada nesta visão pós-estruturalista, em que o fenômeno organizacional pode ser compreendido como um processo de articulação política, levando em consideração o dissenso, o conflito, e a dimensão afetiva das tentativas de estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana.

Para tanto, apresentamos neste trabalho uma análise preliminar da articulação do movimento #vivacentroleste e sua resistência à troca dos paralelepípedos por *paver* nas ruas do setor leste do centro histórico da cidade de Florianópolis. Local que fixou os primeiros habitantes portugueses em 1673, o centro leste possui um referencial simbólico do desenvolvimento histórico da cidade que foi se perdendo ao longo do tempo com o crescimento da população, expansão da cidade e criação de novas centralidades.

Seguindo as tendências internacionais e latino-americanas, após longas décadas de descaso público, falta de investimento e interesse social, políticas de renovação, requalificação e revitalização urbana, que objetivam transformar “áreas obsoletas” em distritos criativos, o centro leste é identificado em Florianópolis como mais um espaço urbano capaz de ser articulado pelos grupos hegemônicos para o desenvolvimento de novos negócios, principalmente ligados ao setor tecnológico. Nesse sentido, a partir de 2015, diversos projetos para revitalizar a região começam a ser formulados, desenvolvidos e implementados. O discurso de revitalização é difundido ao longo desses anos como a solução para os problemas públicos e alternativa ao desenvolvimento econômico, capaz de fomentar a indústria criativa.

No entanto, em fevereiro de 2020, quando mais uma das ações de revitalização propostas para a região é lançada pela Prefeitura de Florianópolis, trocar os paralelepípedos por *paver*, o discurso de revitalização que privilegia o desenvolvimento econômico é colocado em xeque e outros interesses e demandas coletivas entram em disputa, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho. Para tanto, nas próximas seções, serão apresentados alguns delineamentos teóricos seguindo a perspectiva pós-estruturalista escolhida, ou seja, o modelo de democracia agonística de Chantal Mouffe, a Teoria Política do Discurso e a filosofia de Spinoza (a partir da leitura de Frédéric Lordon), em seguida os procedimentos metodológicos utilizados, os fatos marcantes do processo de articulação e resistência do movimento #vivacentroleste, integrando a análise e discussão interpretativa dos fenômenos observados. Por fim, nas conclusões refletimos sobre o organizar como uma prática articulatória e política, considerando a contingência, os conflitos, a pluralidade de valores e a influência das paixões e afetos nesse processo.

## Democracia agonística e os afetos na política

Para compreender o modelo de democracia agonística proposto por Chantal Mouffe é necessário retornar aos princípios ontológicos e epistemológicos pós-estruturalistas postulados pela Teoria Política do Discurso e às preocupações da autora com a radicalização das democracias modernas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Em *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), Mouffe, conjuntamente com Ernesto Laclau, argumenta que a experiência democrática consiste no reconhecimento da pluralidade e da multiplicidade de lógicas sociais, se tornando possível apenas, a partir de uma prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2015). Isso significa dizer que a democracia para os autores é um *discurso* que articula múltiplos elementos dentro de um sistema social de diferenças, de forma contingente e precária. Nesse sentido, a objetividade social, marcada pelo antagonismo inerradicável das relações humanas, é revelada por atos de poder e limitada pela impossibilidade de um fechamento último (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Mouffe (1999) explica que a “revolução democrática”, provocou uma transformação simbólica da modernidade, rompendo com os postulados de verdades absolutas. As democracias modernas inauguraram um novo tipo de instituição social em que o poder ficou convertido a “um lugar vazio”, impossível de ser apropriado em definitivo por qualquer autoridade pública (MOUFFE, 1999). Portanto, a democracia inaugura a experiência de uma sociedade que não pode ser apreendida ou controlada, abrindo-se à possibilidade de um infundável processo de questionamento (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essa indeterminação radical, segundo Laclau e Mouffe (2015) pode ameaçá-la, implicando em dois movimentos de desaparecimento do político: o totalitarismo ou a perda de referência aos valores democráticos. A tentativa totalitária busca restaurar a unidade, negando a pluralidade e o caráter constitutivo do antagonismo. Perigo simetricamente oposto trata-se da dissolução da tessitura social, causada pela falta de referências simbólicas (LACLAU; MOUFFE, 2015). A alternativa proposta pelos autores, entre a lógica da identidade total e a da diferença pura, seria, portanto, compreender a experiência democrática como o resultado de uma prática articulatória, portanto, um discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Segundo a apresentação sucinta de Tafon, Howarth e Griggs (2019), a concepção de discurso segundo Laclau e Mouffe (2015) contém seis dimensões relacionadas. Primeiro, o discurso é uma prática social, resultante de uma articulação (cadeia de equivalência) que une e ressignifica elementos em um sistema de diferenças (lógica da diferença). Segundo, a condição da articulação entre os elementos, sejam eles naturais, culturais, físicos ou linguísticos, é

radicalmente contingente. Conforme explicam Tafon, Howarth e Griggs (2019), isso significa que eles não têm uma essência fixa ou identidade plena, mas podem ser construídos e interpretados de diferentes maneiras. Terceiro, a articulação de elementos contingentes nos momentos de um discurso produz certos sistemas ou ordens de significado que envolvem formas de poder, e portanto, excluem determinados elementos. Quarto, um discurso é parcialmente significado por pontos nodais e significantes vazios, ou seja, momentos privilegiados de organização (pontos nodais) e de significação (significantes vazios) parcial. Conforme explicam Tafon, Howarth e Griggs (2019) eles fundem elementos e diferenças, conferindo assim uma identidade parcialmente fixa. Quinto, a construção de discursos ocorre em um espaço particular – campos de discursividade – embora o discurso possa esgotar completamente seus significados e possibilidades. Por fim, os sujeitos se posicionam nos discursos, e não na origem das coisas, embora haja espaço para a agência política, especialmente em momentos de crise e deslocamento, quando podem construir relações antagônicas com 'outros' que se acredita bloquearem suas identidades e interesses.

Considerando a inerradicalidade do antagonismo e da natureza hegemônica da política, após os postulados de *Hegemonia e estratégia socialista*, Mouffe seguiu um caminho distinto de Ernesto Laclau, dedicando-se à elaboração de um modelo alternativo de política democrática, o qual denominou de “modelo agonístico de democracia”. Para sua elaboração, Mouffe (2003) apoiou-se em uma das teses mais conhecidas de Carl Schmitt, o qual sustenta que o critério do político é a distinção amigo/inimigo. Nesse sentido, a interpretação de Mouffe (2003) é baseada na ideia de que a política busca a criação de uma unidade em um contexto de conflitos e diversidade. Ela está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles” (amigo/inimigo). O estabelecimento de tal fronteira política, no marco da democracia moderna para Mouffe (2003), deve ocorrer de tal forma que “eles” não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como *adversários* cujas ideias podem ser combatidas. Portanto, a noção de adversário, na perspectiva agonística de Mouffe, considera o opositor como legítimo, que compartilha os princípios ético-políticos da democracia liberal, liberdade e igualdade e cujo direito de defender ideias opostas não é colocado em questão (MOUFFE, 2003). Esse envolvimento em uma forma de luta democrática (e, portanto, limitada), envolve confronto entre adversários e não uma luta entre inimigos a serem destruídos de forma extrema e violenta, precisamente porque os adversários compartilham em comum a “gramática da vida democrática”. Nesse sentido, em uma perspectiva ôntica, o antagonismo inerente às relações humanas poderia ser expresso de forma antagônica (luta entre inimigos) ou agônica (luta entre

adversários). Mouffe (2003, p. 115-116) defende, portanto, que o objetivo da política democrática [a partir do modelo agonístico] é transformar o antagonismo em agonismo”.

Ao reconhecer o pluralismo inarredável de valores que envolve as democracias modernas, Mouffe (2003) argumenta que a transformação do antagonismo em agonismo só é possível a partir da criação de canais que permitam a expressão das paixões e afetos em direção aos objetivos democráticos. Em oposição ao racionalismo da democracia deliberativa, a autora defende que não há solução racional para o conflito: “todo consenso existe como resultado temporal de uma hegemonia provisória, como uma estabilização do poder, que sempre implica alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2003, p. 117, tradução nossa).

A política, para Mouffe (2003) consiste na tentativa de domesticar a hostilidade e atenuar o antagonismo potencial constitutivo às relações humanas, se propondo a criar unidade e certa ordem, em um contexto de conflito e diversidade (MOUFFE, 2003). Nesse sentido, Mouffe (2003; 2015) distingue “a política” de “o político”. “O político”, segundo a autora, refere-se à dimensão ontológica do antagonismo, inerente às relações humanas. Já “a política”, interpretada a partir de uma perspectiva ôntica, é definida como:

um conjunto de práticas, discursos e instituições que tratam de estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque são afetadas pela dimensão do político (MOUFFE, 2003, p. 114, tradução nossa).

Reconhecendo o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos nesse processo, a autora assinala que a estrutura racionalista é incapaz de compreender a dinâmica da política” (MOUFFE, 2019, p. 113). Não obstante, Mouffe (2002) argumenta que, basta olhar ao nosso redor para perceber que, longe de ter desaparecido, as paixões e antagonismos, supostamente concebidos como “arcaicos” por muitos liberais, estão mais ativos do que nunca. No momento em que a maioria dos teóricos políticos democráticos estão ocupados celebrando o fim do modo antagônico da política e elogiando as qualidades do novo paradigma de “democracia deliberativa”, pode parecer prematuro trazer de volta o tema antiquado das “paixões”.

No entanto, ao renunciar a perspectiva racionalista, que segundo Mouffe (2014), impede de reconhecer a natureza coletiva da política, a reflexão sobre as paixões e os afetos no processo democrático contribui para compreender como são criadas as formas coletivas de identificação nas práticas articulatórias e qual o papel desempenhado pelos afetos nesse processo” (MOUFFE, 2014).

Nesse sentido, Mouffe (2014) realiza uma distinção importante entre os termos “paixões” e “emoções”. Para ela, o termo “emoções” não pode ser utilizado adequadamente em sua proposta teórica, porque elas são geralmente associadas a indivíduos (MOUFFE, 2014; 2018). Da mesma forma, o termo paixões também pode ser relacionado aos indivíduos, mas Mouffe (2014) justifica que o escolheu, levando em conta suas conotações mais violentas, lhe permitindo evidenciar a dimensão do conflito e sublinhar um confronto entre identidades coletivas, aspectos estes que são centrais e constitutivos da política (MOUFFE, 2014). Por “paixões”, Mouffe (2014) designa um certo tipo de afetos comuns, que são mobilizados no domínio político, cruciais como motor da ação política.

Mouffe (2019) acredita que é o desejo que move os seres humanos a agir, e a partir da filosofia de Spinoza, ressalta que os afetos nos fazem agir numa ou em outra direção” (MOUFFE, 2019). Apesar de reconhecer a relevância da obra de Spinoza, em nenhum de seus trabalhos ela aprofunda estas ideias. No livro *Por um populismo de esquerda*, ela realiza uma referência rápida e indica o potencial que a interpretação do francês Frédéric Lordon realiza de Spinoza para compreensão dos afetos na política. Procurando preencher essa lacuna, uma incursão na filosofia de Baruch Spinoza, a partir da interpretação de Lordon (2017) é realizada buscando compreender o papel desempenhados pelas paixões e afetos no âmbito da política.

Opondo-se ao ponto de vista contemporâneo de que os afetos são uma distorção emocional do comportamento humano, e que a razão e a comunicação devem se empenhar para dominar, Lordon (2017) recorre a Spinoza para interpretar os afetos como algo distinto das “emoções”. É logo no início do Livro III, intitulado *A origem e a natureza dos afetos*, terceira parte da *Ética* (principal obra de Spinoza), que o filósofo apresenta sua definição de afeto: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2019, p. 98).

Um dos mais profícuos intérpretes de Spinoza, Gilles Deleuze, explica que o afeto (*affectus*) é a variação contínua da força de existir de alguém: “nossa potência de agir ou nossa força de existir é aumentada ou diminuída de uma maneira contínua, sobre uma linha contínua; e isto é o que nós chamamos afeto” (DELEUZE, 2019, p. 42). Sobre esta linha da variação contínua constituída pelo afeto, Spinoza vai assinalar dois polos: alegria e tristeza, que são para ele as paixões fundamentais: “A tristeza será toda paixão, qualquer paixão, que envolva uma diminuição de minha potência de agir; e a alegria será toda paixão que envolva um aumento de minha potência de agir” (DELEUZE, 2019, p. 41).

Nesse mesmo sentido, Lordon (2017) assinala a definição de afeto de Spinoza, como o efeito que deriva do exercício de uma potência:

Uma coisa exerce seu poder sobre a outra e, por consequência, esta se modifica: afeto é o nome dessa modificação. O vento faz um galho dobrar: o galho é modificado, afetado. Uma pessoa fala com outra, que se irrita, ou, ao contrário, fica num devaneio agradável: foi modificada (tristemente em um caso, alegremente em outro) (LORDON, 2017, p. 34, tradução nossa).

Seguindo a proposição de Spinoza (2019, I, prop. 36) de que “não existe nada de cuja natureza não se siga algum efeito”, Lordon (2017) assinala que qualquer coisa é, em essência, potência, ou seja, tem o poder de produzir efeitos, e potência necessariamente em exercício, quer dizer, que produz necessariamente efeitos. Para Lordon (2017) uma intervenção política consiste em trabalhar o elemento passional, buscando produzir efeitos, e portanto, afetar. Nesse sentido o autor defende que a política, “absolutamente do mesmo modo que todos os fenômenos do mundo-humano social, opera, essencialmente, no âmbito dos afetos” (LORDON, 2017, p. 30, tradução nossa).

No entanto, conforme assinala Lordon (2017), os afetos não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Para explicar essas susceptibilidades afetivas, o autor mobiliza o conceito de *ingenium* de Spinoza: “homens distintos podem ser afetados de distintas maneiras por um só e mesmo objeto, e um só e mesmo homem pode, em tempos distintos, ser afetado de distintas maneiras por um só mesmo objeto” (SPINOZA, 2019, Ét., III, 51, p. 220). Conforme interpreta Lordon (2017), o *ingenium* é também a condensação de toda trajetória sociobiográfica dos encontros e experiências que marcaram nossos caminhos. Essas marcas possuem uma grande influência nas maneiras de sentir, julgar e pensar. É a partir da plurivocidade do elemento passional, que uma mesma afecção pode produzir efeitos contrários segundo o *ingenium* que atravessa.

Quando Lordon (2017) argumenta sobre as intervenções políticas como produtoras de afetos, sua análise sobre o papel do ativismo contribui para compreender as práticas de resistência política. Para ele, o papel do ativismo está em empoderar ideias impotentes, estruturando *máquinas afectantes*. Isso quer dizer que estratégias como utilização dos meios de comunicação e mobilização de porta-vozes contribuem para a criação de representações, imaginações e a construção de novas ordens simbólicas. Defender uma causa, portanto, para Lordon (2017), é uma prática política capaz de compartilhar visões, procurando fazer com que o outro veja, com a mesma intensidade, uma dada realidade.

Uma insurreição ou uma sedição, para Lordon (2017) é o efeito de afetos de tristeza, experimentadas em primeira pessoa (como todos os afetos) em um contexto político. Segundo o autor, é o que dá forma política ao movimento reativo do *conatus* para rechaçar as formas de tristeza, que passam a ser compartilhadas e identificadas por diversos sujeitos:

As mentes, agora, lutam juntas para imaginar o que aumenta o poder de ação de seus corpos, produzindo, na evolução política dessa imaginação, a mais surpreendente remodelação pessoal. Remodelação que começa com a inversão radical de todas as formas anteriores de imaginar, de todos os circuitos de negação ou ocultação através dos quais a mente se esforçou para resistir a uma realidade muito embrutecida para proteger seu corpo da tristeza da melhor maneira possível (LORDON, 2017, p. 157 - 158).

Nesse sentido, conforme afirma Mouffe (2013), o reconhecimento do conflito, bem como na recusa de suprimi-lo por meio da imposição de uma ordem autoritária, possibilita essa sedição e rompe a representação simbólica da sociedade como um todo homogêneo organizado. Quando afetos como de indignação ou tristeza se expandem e faz um número maior de indivíduos considerar tal situação como coletiva e intolerável, ele torna-se político (LORDON, 2014). Afetos comuns são, conforme argumenta Lordon (2017) princípios articuladores capazes de “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos. Conforme ressaltam Laclau e Mouffe (2015) processos articulatórios são momentos privilegiados de significação e constituição de identidades. Nesse sentido, seguindo essa linha argumentativa, a noção de articulação assume lugar central em nossa análise, cujos delineamentos metodológicos serão discutidos na seção a seguir.

### **Delineamentos Metodológicos**

Esta pesquisa se situa no marco qualitativo, que conforme Denzin e Lincoln (2006), consiste em uma atividade situada que através de um conjunto de práticas materiais e interpretativas, o pesquisador busca compreender uma série de representações e significados atribuídos aos fenômenos sociais. A pesquisa, interpretada como um processo social de reunir elementos, assume também, em algum grau, um caráter articulatório, porque os “agentes de articulação”, segundo relembram Glynos e Howarth (2007) não são governados por nenhum princípio ou fundamento metafísico subjacente. O nível ontológico primário da constituição do real consiste em uma prática articulatória que envolve a criação de algo novo, uma relação entre elementos dispersos que são articulados de forma não necessária e contingente (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Combinando elementos empíricos e teóricos, realizamos uma pesquisa etnográfica, entre agosto de 2019 e março de 2022, a fim de compreender profundamente o contexto histórico em que se processam as confrontações políticas no setor leste do centro histórico da cidade de Florianópolis. Buscamos compreender quais são os grupos que disputam, seus argumentos e demandas, o processo de formação de identidades coletivas, as políticas que são colocadas em confrontação e a ideia de cidade e de organização do espaço urbano que defendem. Corroborando com Elinoff (2019), a partir da pesquisa etnográfica é possível evidenciar os desacordos políticos e os momentos de tensão e conflito, para compreender a heterogeneidade dos arranjos sociais.

Seguindo Baztán (1997) e Glynos e Howarth (2007) com o intuito de organizar didaticamente o trabalho de campo, a pesquisa etnografia compreendeu os seguintes momentos:

**(i) problematização e demarcação do campo de estudo;** **(ii) levantamento bibliográfico e documental** com utilização de diversas fontes de coleta de dados, como notícias de jornal, projetos de lei, planos e projetos públicos; **(iii) observação participante** em grupos e organizações da sociedade civil, plenárias do conselho municipal de cultura, reuniões da setorial de patrimônio histórico e cultural, reuniões públicas, audiências públicas, conferências municipais de cultura e da cidade, eventos e mobilizações, entrevistas (com onze sujeitos envolvidos nas disputas); **(iv) saída do campo e análise** momento de ruptura da prática etnográfica para elaboração das análises resultantes do trabalho de campo. Para tanto, criamos um site como repositório dos materiais coletados e uma linha do tempo que contempla mais de sessenta marcos registrados, entre fevereiro de 2020 e março de 2022, dos principais acontecimentos do processo de articulação do movimento #vivacentroleste, os quais serão apresentados de maneira sintética a seguir.

### **Revitalização do centro leste e articulações de resistência**

Em fevereiro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis anunciou um novo projeto de revitalização urbana para o setor leste do centro histórico da capital catarinense. Essa região, outrora denominado bairro da Pedreira, é caracterizada historicamente como o núcleo fundador da cidade que fixou os primeiros habitantes portugueses em 1673. Mesmo considerando as intensas transformações urbanas ocorridas na capital, essa região ainda possui características históricas e culturais visíveis, como as antigas edificações - prédios tombados como a Casa de Câmara e Cadeia (1771), o Museu da Escola Catarinense (1892), o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896) e o Museu Victor Meirelles

(1952), manifestações

artísticas e culturais - como o samba da Travessa Ratcliff, grafites e o calçamento das ruas, que ainda preservam os paralelepípedos de pedra granito de 1886.

O projeto lançado em 2020 previa especificamente melhorar o calçamento das ruas da região, **substituindo os paralelepípedos históricos por *paver***, no entorno da Praça XV de Novembro e de quatro ruas do setor leste (Tiradentes, João Pinto, Nunes Machado e Fernando Machado), com o intuito de “nivelar” as ruas e garantir acessibilidade. Com investimento estimado em oito milhões de reais, esta proposta responde a uma das ações previstas em um projeto de revitalização mais amplo, em curso desde setembro de 2015.

Chamado de Projeto Centro Sapiens, ele foi proposto pela Prefeitura de Florianópolis e a empresa Sapiens Park S.A, cujas ações preveem criar uma incubadora, aceleradora e um centro de inovação, aprovar uma lei municipal para isentar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a *startups* instaladas na região e apoiar outros projetos públicos como cabeamento elétrico subterrâneo da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), melhoria nos calçamentos e planejamento urbano pelo Instituto de Planejamento Urbano (IPUF) da Prefeitura de Florianópolis, disponibilização de Wi-Fi gratuito e restauração de edificações históricas como o Museu Victor Meirelles e a antiga Casa Câmara e Cadeia (esta última visando abrigar o Museu da Cidade).

O projeto Centro Sapiens contou com o apoio de mais de quinze organizações públicas e privadas, que naquela ocasião defenderam a necessidade de revitalizar a região para transformá-la em um polo de inovação e economia criativa, desenvolvendo setores econômicos como tecnologia, design, artes, turismo e gastronomia (CENTRO SAPIENS, 2016). Para defender o projeto, seus proponentes e apoiadores utilizam como referência intervenções urbanas internacionais emblemáticas, como o projeto espanhol 22@Barcelona, o Ruta Medellín (Colômbia) e Soho e Shoreditch (Inglaterra). Nesse sentido, para que o Centro Leste volte a “ganhar vida” a *revitalização* seria a solução para os problemas urbanos do setor leste, agravados a partir de 2003, com a mudança do Terminal Urbano da Cidade para a região oeste do centro, diminuindo a circulação de pessoas na área (ALVES, 2015). Além disso, a falta de investimentos públicos, lixo nas ruas, pessoas em situação de rua, pichação e depredação dos prédios históricos, também são destacados por seus proponentes como problemas públicos que dificultam o desenvolvimento econômico na área (GASPAR; TEIXEIRA; GOMES, 2016).

O Projeto Centro Sapiens começou a ganhar mais evidência a partir de 2016, com a criação da pré-incubadora de Economia Criativa *Cocriation Lab*, instalada nas dependências de um prédio histórico construído em 1892, que hoje abriga o Museu da Escola Catarinense (MESC) no Centro Leste. Além disso, a partir da inauguração do espaço, parcerias com dois

laboratórios de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com o Movimento Traços Urbanos foram fortalecidas e diversas ações e eventos foram realizados para pensar ideias, projetos e fomentar a revitalização da área.

O Movimento Traços Urbanos (criado em 2016) integra diferentes profissionais como arquitetos, urbanistas, designers, fotógrafos e outros interessados em discutir e influenciar a requalificação dos espaços públicos de Florianópolis. As primeiras ações do Movimento foram em parceria com o Centro Sapiens, direcionadas especificamente para a área leste do centro histórico de Florianópolis e grande parte de suas ações em anos consecutivos também foram direcionadas para esse fim. Realizados consecutivamente nos anos de 2016, 2017 e 2018, eventos propostos pelo Centro Sapiens, UFSC e Movimento Traços Urbanos colaboraram para disseminar e legitimar a necessidade de revitalização do Centro Leste, a partir de uma série de publicações como artigos científicos, ebooks, posts nas redes sociais, blogs, notícias e projetos. As principais ideias e demandas defendidas por estes grupos, que foram articuladas ao discurso de revitalização do Centro Leste giram em torno dos seguintes argumentos: (i) a região estaria passando por um processo de degradação/deterioração urbana ao longo das últimas décadas; (ii) falta de investimentos públicos na região que agravam os problemas públicos e impedem o desenvolvimento econômico, como lixo nas ruas, pessoas em situação de rua, pichação e depredação dos prédios históricos; (iii) que o “DNA” da região é multicultural e diverso, apresentando-se como um grande potencial mercadológico pela vida urbana e resiliente pela multifuncionalidade; (iv) potencialidade de transformar a região em um pólo de tecnologia e distrito criativo, contribuindo para posicionar Florianópolis como uma cidade economicamente atrativa em âmbito internacional.

Ainda que o discurso de revitalização para o Centro Leste estivesse sendo bem aceito pela maioria dos grupos, movimentos e organizações da cidade, a proposta apresentada em fevereiro de 2020 pela Prefeitura de Florianópolis para uniformizar as vias substituindo os paralelepípedos históricos por *paver* foi amplamente criticada. Divulgado por meio da imprensa local, o projeto ecoou em diversos grupos da cidade, principalmente entre aqueles ligados às questões urbanas, preservação do patrimônio histórico e setor cultural. Diversas manifestações contrárias à retirada dos paralelepípedos foram publicizadas na mídia e nas redes sociais e o lançamento deste projeto desencadeou um processo de resistência e articulação de diversos grupos da cidade que se posicionaram contra a proposta.

O discurso de revitalização foi colocado em xeque, inclusive por quem, em anos anteriores eram apoiadores e entusiastas da proposta, como o Movimento Traços Urbanos, que compilou uma série de argumentos em um ofício enviado em março de 2020 ao

gabinete do

prefeito de Florianópolis e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SC), órgão federal responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural em Santa Catarina.

O signo revitalização encontrou um limite, não sendo mais capaz de semantizar sob seu significante a proposta de substituição dos paralelepípedos por *paver*. Um deslocamento na estrutura social acontece, e novos processos de significação começam a ser elaborados pelos sujeitos. Conforme explica Mendonça (2014), o deslocamento ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que lhe foge à significação. É o momento em que o discurso apresenta o seu limite de sentido. Os argumentos contrários ao projeto começam a ser significados a partir da ideia de “requalificação do espaço urbano” e não mais de revitalização. Dentre os principais argumentos destacam-se que (i) os paralelepípedos representam muito mais do que uma pedra, mas sim a memória histórica da paisagem urbana; (ii) a área é protegida por tombamento e legislação urbana. A malha viária está protegida por tombamento e pela legislação urbana; (iii) a substituição dos paralelepípedos por *paver* não coloca Florianópolis no século XXI, sobretudo quando esta intervenção significa a perda de um material nobre (pedra granítica) por um revestimento de menor valor (o *paver*); (iv) a tipologia urbana com pavimentação do século XIX é um elemento de raridade, da qual remanesceram poucos exemplares nas cidades contemporâneas; (v) a necessidade de administrar o conflito, pois em nome da modernidade são tomadas decisões precipitadas, e por vezes, equivocadas. Tratando-se da área fundacional de Florianópolis, a reflexão acerca de “Preservação x Modernidade” torna-se fundamental.

A dificuldade de abertura ao diálogo com a Prefeitura e a ausência de um canal agonístico para a discussão do projeto, estabeleceu uma fronteira política entre a Prefeitura de Florianópolis, de um lado, e de outro, o Movimento Traços Urbanos e organizações da sociedade civil, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SC), Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR-SC) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU-SC). Estas organizações protocolaram no dia 21 de julho de 2020, uma ação civil pública junto ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MPSC), cujo inquérito civil foi aberto pela 28ª Promotoria para apurar o caso.

Pressionada pelo Movimento, já em um contexto da pandemia de COVID-19, em setembro de 2020, a Prefeitura de Florianópolis revogou o edital de licitação para readequação do projeto, afirmando que manteria os paralelepípedos nas ruas do Centro Leste.

A revogação do edital de licitação pela Prefeitura, que previa contratação da empresa para realizar as obras na região, causou indignação em grupos da cidade que apoiavam o projeto, em especial àqueles ligados à representação da classe empresarial como a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e a Associação FloripAmanhã, que defendiam que as obras de substituição dos paralelepípedos poderiam fomentar o comércio local. Em reunião mobilizada e realizada com o Secretário de Infraestrutura da Prefeitura, responsável pelo projeto, a CDL relembrou que a revitalização estava entre as propostas de campanha do Prefeito Gean Loureiro, tanto para a eleição de 2016, quanto para a reeleição em 2020, conseguindo firmar compromisso com a Prefeitura, que prometeu relançar o edital ainda no mesmo ano.

Atendendo às expectativas dos grupos econômicos, no dia 02 de julho de 2021, a Prefeitura de Florianópolis anunciou a reabertura do edital, prevendo substituição parcial dos paralelepípedos. A segunda versão do projeto foi também divulgada pela mídia local como um “misto de *paver* e paralelepípedos”. Na reportagem a Prefeitura explica sobre a readequação do projeto: “agora, a pista de rolagem dos veículos será de *paver* e as laterais das vias, de paralelepípedos” (GADOTTI, 2021, p. 1). As declarações do secretário de infraestrutura, em consonância com os pedidos da CDL, reforçam a importância do projeto para a oxigenação econômica da região: “Dezenas de comerciantes fecharam suas portas por falta de turistas e moradores. Temos certeza que depois da requalificação da área esses negócios voltarão a gerar emprego e renda” (GADOTTI, 2021, p. 1).

A notícia de relançamento do projeto é rapidamente capilarizada para diversas pessoas, grupos e organizações, em especial àquelas que já haviam se mobilizado anteriormente. Mesmo a Prefeitura de Florianópolis tendo apresentado que o “novo projeto” previa a retirada parcial dos paralelepípedos, a proposta não convenceu e o discurso de revitalização foi novamente colocado em xeque, dessa vez, com muito mais capilaridade. Uma intensa gama de manifestações contrárias pôde ser observadas ao longo da pesquisa em canais diversos como postagens nas redes sociais (facebook, instagram e twitter), grupos de whatsapp, mídia, reuniões de associações, de grupos e movimentos sociais, e nos conselhos de políticas públicas. Dentre as principais destacam-se: (i) um vídeo gravado por arquitetos e urbanistas, publicado em julho de 2021 que circulou nas redes sociais alcançando mais de 400 visualizações; (ii) um novo ofício enviado ao MPSC pelo Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural assinado pelas oito organizações que o integram; (iii) uma moção do Fórum Setorial de Patrimônio Histórico e Cultural, vinculada ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis; (v) manifestação pública da Associação Brasileira de Design de Interiores, organização de escopo nacional com mais de 40 anos de atuação e (iv) discussão do projeto no

Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), em que os conselheiros manifestaram-se também contrários à proposta.

Três momentos de contraposição ao projeto nesse período foram marcantes para o início das formações de cadeias de equivalência e demarcação mais clara das fronteiras políticas, ou seja, daqueles que estavam contra e a favor do projeto. O primeiro diz respeito a uma reunião aberta, ocorrida em julho de 2021, organizada pela Associação FloripAmanhã (apoiadora das obras de substituição dos paralelepípedos), com a intenção de promover um espaço para que o secretário de infraestrutura da PMF pudesse explicar melhor o projeto proposto. A reunião, que aconteceu de maneira online, contou com mais de 50 pessoas, dentre elas, representantes de diversas organizações da sociedade civil ligadas às questões urbanas e à preservação do patrimônio cultural, conselheiros de políticas públicas (dos conselhos da cidade e de cultura), servidores públicos da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e IPHAN-SC, representante do Movimento Traços Urbanos, vereadores, professores universitários, e representantes da CDL e FloripAmanhã (esses dois últimos apoiadores do projeto). O encontro, promovido com o objetivo de “acalmar os ânimos” e esclarecer o projeto, obteve o efeito oposto, afetando as pessoas e aumentando a indignação coletiva, frente aos argumentos “infundados” do secretário de infraestrutura, que praticamente ignorava a legislação de tombamento do município e deixava clara a intenção de promover desenvolvimento econômico, sem respeitar o patrimônio, a cultura e a diversidade cultural que do centro leste.

Após a reunião, diversas outras ações e locais de debate sobre o projeto foram organizadas pelos grupos, uma intensa quantidade de publicações nas redes sociais. Dentre eles, destaca-se como segundo momento marcante, o engajamento de uma vereadora de oposição que levou o debate pela primeira vez à Câmara dos Vereadores, sendo pauta da reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais em Florianópolis, realizada em agosto de 2021. Na ocasião, a vereadora convidou um influente arquiteto e urbanista para apresentar os argumentos contrários ao projeto e explicar por que os opositores alegavam irregularidades cometidas pela Prefeitura no processo de formulação do projeto, bem como argumentos contrários ao projeto no sentido de ele não respeitar o patrimônio histórico e a diversidade cultural da região.

O terceiro momento, que significou um ponto de inflexão nas manifestações contrárias ao projeto, foi apontado de forma unânime por oito dos dez entrevistados da pesquisa. Ele diz respeito a uma postagem realizada por uma influente jornalista da área de arquitetura e urbanismo da cidade. Diferentemente da maioria das contraposições anteriores, usualmente justificadas a partir das leis de tombamento, irregularidades do projeto e

argumentos

relacionados a qualidade superior dos paralelepípedos em relação ao *paver*, a publicação realizada por ela no Dia Nacional do Patrimônio Cultural (17 de setembro de 2021), foi realizada utilizando uma obra de arte para expressar o seu envolvimento pessoal com o Centro Leste. Através de um “pedido de socorro” frente à perda da identidade histórica e cultural que ocorreria com a retirada dos paralelepípedos, a postagem, realizada nas redes sociais instagram e facebook, foi capaz de sensibilizar um grande número de pessoas, alcançando mais de 600 visualizações, curtidas e compartilhamentos. Comentários expressando indignação, irritação, preocupação e tristeza foram registrados, corroborando com os argumentos dela. Em entrevista realizada com a jornalista, frente à grande repercussão da publicação, ela percebeu que poderia influenciar a opinião pública e contribuir com a luta pela preservação dos paralelepípedos. Nesse sentido, ela mobilizou amigos, especialistas em urbanismo e pessoas engajadas com a preservação do patrimônio histórico e cultural, que juntos criaram um grupo denominado *#paralelelovers*, para planejar ações estratégicas para tentar impedir que o projeto proposto pela Prefeitura fosse levado adiante.

Entre julho e agosto, as ações de contraposição ao projeto - envio de ofício ao MPSC, posicionamentos públicos, mobilização de porta-vozes, notícias, entrevistas, reuniões e postagens nas redes sociais, ainda se configuravam sob a lógica da dispersão.

A partir de setembro de 2021, a fronteira política, entre aqueles que estavam contra e a favor do projeto, começa a ficar mais clara. As reuniões e as intensas manifestações públicas contribuíram para a sua delimitação, dividindo a disputa entre aqueles que se manifestavam a favor da substituição dos paralelepípedos por *paver* e aqueles que eram contra a proposta. Cadeias de equivalência foram formadas em torno da preservação dos paralelepípedos, cuja atribuição de sentido ia para além da manutenção das pedras, mas sim, estavam ligadas à preservação do patrimônio histórico-cultural e da diversidade de usos e ocupações do Centro Leste. Duas frentes de resistência foram formadas, do grupo *#paralelelovers*, e do Fórum Setorial de Patrimônio Histórico e Cultural (espaço vinculado ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis).

Em entrevista com um dos integrantes do grupo *#paralelelovers*, ele relata que tal articulação foi fundamental para o planejamento de ações mais coordenadas para lutar contra a realização das obras previstas pela Prefeitura, destacando quatro frentes de atuação (i) jurídica;

(ii) participação em espaços deliberativos e de tomada de decisão, como conselhos e audiências públicas; (iii) engajamento de atores políticos, como vereadores de oposição; e (iv) sensibilização da opinião pública, por meio das redes sociais (com publicações, vídeos, memes), da mídia local (entrevistas e publicações) e manifestações no local, que considerando

o contexto da pandemia, em que a maioria das ações do grupo foi realizada de forma virtual, foram fundamentais para engajar ainda mais pessoas na luta e sensibilizar a opinião pública.

Em parceria com um vereador de oposição, o grupo também conseguiu promover uma audiência pública, alegando que este espaço agonístico deveria ter sido proposto desde a concepção do projeto pela Prefeitura, para garantir participação pública. Conforme relata um dos entrevistados da pesquisa, ela se caracterizou como o primeiro momento em que “os dois lados” estiveram “cara a cara” discutindo sobre o projeto, demarcando a fronteira política nós *versus* eles.

A outra frente de resistência ao projeto de substituição dos paralelepípedos foi realizada a partir do Fórum Setorial Permanente de Patrimônio Cultural. Espaço de participação da sociedade civil pertencente à estrutura do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis, o fórum é formado principalmente por pessoas que atuam na área de preservação do patrimônio cultural, que em sua grande maioria, são especialistas no tema e possuem amplo conhecimento no que diz respeito às legislações de tombamento e funcionamento da estrutura governamental ligadas a processos de revitalização e requalificação urbana.

Preocupados com a “perda irreparável” que poderia ocorrer no Centro Leste, e cientes de que diversos grupos e organizações estavam realizando ações de resistência ao projeto, o Fórum convocou uma reunião aberta, ocorrida em novembro de 2021, com a intenção de ganhar força, sendo capaz de articular pessoas, grupos, organizações e movimentos sociais (dentre eles representantes do Movimento Traços Urbanos e do grupo *#paralelelovers*) para tentar impedir as obras previstas para janeiro de 2022. Frente à iminente ameaça de retirada dos paralelepípedos, eles decidiram utilizar em todas as publicações online a hashtag<sup>1</sup> *vivacentroleste*, e nomear tal articulação de Movimento *#vivacentroleste*. Ainda que houvesse a liberdade de cada integrante, grupo e organização de realizarem suas ações de forma independente e descentralizada, a utilização da *hashtag* garantiu unidade e visibilidade às ações de resistência que se intensificaram nos meses de novembro e dezembro de 2021.

Grande parte das intervenções políticas de resistência foram realizadas com a intenção de tentar paralisar o edital de licitação, reaberto pela Prefeitura de Florianópolis para contratação da empresa para realização das obras em julho de 2021, que seguiu em curso até

---

<sup>1</sup> Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um *hyperlink* que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Fonte: Resultados Digitais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-hashtag/#:-:text=Hashtag%20%C3%A9%20um%20termo%20associado,publica%C3%A7%C3%B5es%20relacionadas%20ao%20mesmo%20tema>. Acesso 06 de abril de 2022.

dezembro de 2021. Uma intensa frente de mobilização ocorre através do MPSC, por meio da ação civil pública, iniciada em 2020, pela articulação do Movimento Traços Urbanos com outras quatro organizações da sociedade civil, conforme relatado anteriormente. Nesse ínterim, os grupos continuaram pressionando a finalização do inquérito do promotor responsável, enviando novos ofícios, documentos, justificativas, reuniões e até abaixo-assinados para sensibilizar o órgão ao risco iminente de retirada dos paralelepípedos que se aproximava. Finalmente já articulados sob o Movimento #vivacentroleste, em 22 de dezembro de 2022, o MPSC fez a representação da ação civil pública junto ao Tribunal de Justiça, que acatou o parecer e suspendeu o edital e o início das obras.

As comemorações do movimento foram intensas e centenas de publicações compartilhando a notícia como “presente de natal” foram registradas. Como retrata Lordon (2017, p. 159, tradução nossa), “todos os coletivos em luta, conhecem esse momento de exaltação, momentos de alegrias intensas, mesmo que passageiras, que contribuem para a descoberta de sua própria potência, de descobrir uma potência que um não acreditava capaz. E que sozinho, realmente não era capaz”. As pessoas envolvidas com o movimento sabiam que a conquista era temporária, e que muitas outras intervenções políticas ainda precisariam ser realizadas para continuar preservando o patrimônio histórico e cultural da região, frente a força das especulações imobiliárias e ideias hegemônicas de progresso econômico.

### **Considerações Finais**

As disputas políticas relativas às propostas de revitalização para o centro histórico de Florianópolis e o processo de articulação do movimento de resistência #vivacentroleste contra o projeto proposto pela própria Prefeitura para substituição dos paralelepípedos por *paver*, evidenciam como a concepção baseada na democracia deliberativa obscurece a compreensão dos processos políticos atuais. Além disso, a busca pelo consenso, face à pluralidade de interesses e demandas das sociedades modernas, é utópica e inatingível. Pensar que ele poderia admitir uma “reconciliação final” e plenamente inclusiva não é factível. As disputas no espaço urbano, muitas vezes invisibilidades, repreendidas, silenciadas ou tolhidas, não cessam porque os antagonismos são constitutivos às relações humanas.

Conforme argumenta Mouffe (2003) uma democracia em bom funcionamento é aquela em que há um intenso embate de posições políticas e que, portanto, o pluralismo, expressado de forma agonística, diferentemente de trazer risco à democracia, é de fato, sua condição de existência. Por esta razão, o enfoque agonístico é muito mais receptivo à multiplicidade e à

diversidade de vozes que existem nas sociedades pluralistas contemporâneas, bem como à complexidade de suas estruturas de poder.

Acompanhadas durante todo o decorrer da pesquisa de campo, as intervenções políticas realizadas pelo movimento se deram em torno de oito estratégias principais: (i) manifestações públicas, mobilização de porta-vozes e petições online; (ii) veiculação na mídia: notícias, entrevistas, debates; (iii) envio de ofícios e pareceres técnicos aos órgãos públicos; (iv) intervenções presenciais no espaço urbano em disputa; (v) produções artísticas; (vi) publicações nas redes sociais: postagens, podcasts, vídeos, compartilhamentos e debates via grupos de whatsapp; (vii) participação e proposição de reuniões e audiências públicas para discutir o projeto; e (viii) interposições de ações judiciais e de tombamentos.

Acompanhando esse processo a partir da observação participante foi possível vivenciar e perceber a influência dos elementos passionais, que num primeiro momento, aconteceram sob a lógica da dispersão, como indignação, medo, preocupação, tristeza, raiva, descrença, frente ao projeto proposto pela Prefeitura de Florianópolis. Publicizados principalmente através das redes sociais, as afetações individuais começaram a ser identificadas coletivamente, até se expressarem em afetos comuns que aos poucos foram assumindo um caráter político de sedição. Sob o ponto nodal de preservação do patrimônio histórico e cultural, a articulação política foi possível, até que coletivamente os grupos conseguiram barrar o projeto e conquistar uma vitória, ainda que temporária, na luta coletiva pela preservação do patrimônio histórico e cultural da região.

O referencial teórico utilizado e a experiência empírica vivenciada, quando articulados, contribuem para o campo dos estudos organizacionais, ampliando a reflexão sobre o organizar como uma prática articulatória e política, evidenciando a contingência, os conflitos, a pluralidade de valores e a influência das paixões e afetos nesse processo.

## Referências

BAZTÁN, Ángel Aguirre. Etnografía. In: BAZTÁN, A. A. (Org.). **Etnografía: metodología cualitativa en la investigación sociocultural**. Barcelona: Marcombo, 1997.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Heineman: London, 1979.

BURGOS, Raul. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: UFSC, 2015.

- ELINOFF, Eli. Subjects of politics: Between democracy and dictatorship in Thailand. **Anthropological Theory**, v. 19, n. 1, p. 143-169, 2019.
- DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza**. Fortaleza: EdUECE, 2019.
- GASPAR, J. V.; MENEGAZZO, C.; FIATES, J. E.; TEIXEIRA, C. S.; GOMES, L. S. R. A revitalização de espaços urbanos: O case do Centro Sapiens em Florianópolis. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 183-205, 2017.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**. Routledge, 2007.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. London: Beacon, 1984.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LORDON, Frédéric. **Los afectos de la política**. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2017.
- MARCHART, O. **Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 25, n. 3, set./dez. p. 479-497, 2010.
- MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamental e desfundamental. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.
- MOUFFE, Chantal. **La Paradoja Democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- MOUFFE, Chantal. By way of a postscript. **Parallax**, v. 20, n. 2, p. 149-157, 2014.
- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C. M. S. D. A., BARRETO, R. D. O.; KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10-23, 2010.
- SPINOZA, Baruch. **ÉTICA**. LeBooks Editora, 2019.
- TAFON, Ralph; HOWARTH, David; GRIGGS, Steven. The politics of Estonia's offshore wind energy programme: Discourse, power and marine spatial planning. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 37, n. 1, p. 157-176, 2019.